



RENDA FAMILIAR E ESCOLARIDADE DOS PAIS: REFLEXÕES A PARTIR DOS MICRODADOS DO ENEM 2012 DO ESTADO DE SÃO PAULO

**FAMILY INCOME AND PARENT'S SCHOOLING:
REFLECTIONS FROM ENEM 2012 MICRODATA OF SÃO PAULO STATE (BRAZIL)**

**INGRESOS FAMILIAR Y EDUCACIÓN DE LOS PADRES
REFLEXIONES DESDE MICRODATOS DEL ENEM 2012 EN EL ESTADO DE
SÃO PAULO (BRASIL)**

André Pires¹

RESUMO: Tendo como referência as variáveis socioeconômicas disponíveis nos Microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2012 para os estudantes do Estado de São Paulo, este artigo busca analisar se a origem social dos candidatos tem efeito diferenciador na caracterização, aspirações e desempenho escolar. Os estudantes foram divididos em dois grandes grupos tendo como critério de seleção a escolaridade dos pais e a renda mensal familiar. Os resultados indicam que a origem social dos estudantes tem papel preponderante na diferenciação dos alunos, de suas aspirações e do desempenho no Enem. Possuir renda familiar acima de 20 salários mínimos ou ter um dos pais com curso superior aumentam substancialmente as chances de os alunos fazerem o exame em uma idade considerada como adequada, de não ter parado de estudar no Ensino Médio, de ser de uma determinada cor; de aspirar entrar no Ensino Superior Público e ter condições objetivas de fazê-lo e de se sair melhor no desempenho nas provas objetivas e na redação. Ao final, o texto reflete sobre a incômoda constatação de que em 2012, no estado mais rico da Federação brasileira, a origem social faça ainda tanta diferença, como parecem sugerir os números apresentados.

PALAVRAS-CHAVE: Enem. Renda Familiar. Escolaridade dos Pais. Desigualdade. São Paulo. Políticas Educacionais.

ABSTRACT: Based on socioeconomic variables available in the Microdata from National Secondary Education Examination (Enem) 2012 for students of the State of São Paulo (Brazil), this article seeks to analyze if the social background of the candidates has a differentiating effect on characterization, aspirations and academic performance. Students were divided into two major groups having as selection criteria parental schooling and family monthly income. The results indicate that the social origin of students plays an important role in the differentiation of students, their aspirations and performance. Have a family with an income above 20 minimum wages or have one parent with higher education substantially increase the chances of the students do the exam at an age considered suitable, not having stopped studying in high school, have a white skin color; aspire to enter the public higher education and have objective conditions to do it and do better in performance in objective tests and writing. Finally, the text reflects on the uncomfortable fact that in 2012, in the richest state of the Brazil, social backgrounds still make difference, as the datas seem to suggest.

KEYWORDS: Enem.Family. Income. Parent's Schooling. Inequality. Sao Paulo. Educational Policies.

¹ Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil. E-mail: anpires@gmail.com.

Recebido em: 08/07/2015 - **Aprovado em:** 21/10/2015.

RESUMEN: Huyendo por supuesto las variables socioeconómicas disponibles en el Examen Nacional de La Educación Secundaria 2012 (Enem) para los estudiantes del Estado de São Paulo (Brasil), este artículo pretende analizar si la situación social de los candidatos tiene un efecto diferenciador en su caracterización, aspiraciones y en el rendimiento académico. Los estudiantes fueron divididos en dos grupos que tienen como criterios de selección la educación de los padres y el ingreso familiar mensual. Los resultados indican que el origen social de los alumnos juega un papel importante en la diferenciación de los estudiantes, sus aspiraciones y desempeño en Enem. Tener ingresos familiares por encima de 20 salarios mínimos o tienen uno de los padres con la educación superior aumentará considerablemente las posibilidades de los estudiantes realizar el examen a una edad considerada adecuada, no haber dejado de estudiar en la escuela secundaria, ser de un color determinado; aspirar a entrar en la educación superior pública con condiciones objetivas para hacerlo y hacerlo mejor en el rendimiento en pruebas objetivas y la escritura. Por último, el texto reflexiona sobre el hecho incómodo de que en 2012, en el estado más rico de la federación brasileña, el origen social todavía hay mucha diferencia, como las cifras parecen sugerir.

PALABRAS CLAVE: Enem. Ingresos Familiares. Educación de los padres. Desigualdad. Sao Paulo. Políticas Educativas.

1 INTRODUÇÃO

O movimento de expansão e universalização do Ensino Fundamental obrigatório brasileiro, observado nas últimas décadas, trouxe consigo novos desafios para as políticas educacionais. Na percuciente observação de Romualdo Oliveira, as contradições mudaram de lugar (OLIVEIRA, 2007, p. 666). Já não se trata mais de reivindicar o acesso, permanência e conclusão dos alunos no Ensino Fundamental, mas de refletir sobre duas demandas que emergem desse novo contexto: de um lado, a pressão para a expansão do Ensino Médio e, de outro, a pressão pela qualidade do ensino ofertado. Em relação à questão da qualidade, poder-se-ia indagar por que – a despeito de os setores mais pobres de nossa população acessarem, permanecerem e concluírem mais do que em qualquer outro momento de nossa história educacional o Ensino Fundamental –, ainda permanecem os mecanismos de exclusão?

A superação da exclusão por falta de escolas e pelas múltiplas reprovações tende a visibilizar a exclusão gerada pelo não aprendizado ou pelo aprendizado insuficiente, remetendo ao debate acerca da qualidade do ensino. É a qualidade “que oprime o cérebro dos vivos” e ocupa o centro da crítica ao processo presente de expansão, tornando-se a questão central da política educacional referente à educação básica nos próximos anos. (OLIVEIRA, 2007, p. 686-687)

É importante considerar que as diferenças em relação ao acesso e à qualidade dos serviços educacionais no Brasil para ricos e pobres não é recente. Como já demonstrado por (PATTO, 2007), as raízes do nosso sistema escolar dual, o qual diferencia o ensino de qualidade para poucos, remontam desde o período colonial. Se admitirmos, como quer (SAVIANI, 2004), que a história da escola pública brasileira se inicia no período republicano, é forçoso constatar que mais de um século de políticas públicas educacionais não foram capazes de equacionar satisfatoriamente o dualismo presente em nosso sistema escolar.

O tratamento diferenciado nas escolas, que dá vantagens aos estudantes provenientes de lugares mais ricos é, na visão de Fernando Reimers, um dos processos educativos que favorecem a transmissão das desigualdades sociais. Nestes locais, “*é mais fácil aprender porque os professores são mais capacitados, dedicam mais tempo às atividades de ensino, e porque a organização da escola está mais centrada em apoiar a aprendizagem dos alunos e*

há mais recursos para facilitar a tarefa dos professores” (REIMERS, 2000, p. 24-25). Nesse sentido, desde o final da década de 1960 (BOURDIEU, 2010) já alertava para o papel da escola e dos sistemas educacionais nos processos de reprodução das desigualdades sociais expresso, entre outras manifestações, no desempenho “naturalmente” superior dos filhos das classes mais ricas nos exames escolares em contraposição aos filhos das classes média e baixa.

Este artigo foi gerado a partir da seguinte indagação: será que na primeira década do século XXI, no estado mais rico do Brasil, São Paulo, a origem social dos estudantes, determinada pela renda familiar ou pela escolaridade dos pais, tem efeito diferenciador na caracterização, aspirações e desempenho escolar desses alunos? A publicação dos Microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2012 possibilitou caminhos para o enfrentamento dessa questão. O questionário socioeconômico aplicado aos alunos que participaram do exame permitiu a formação dos grupos e subgrupos considerados neste estudo, além de apresentar variáveis que permitiram caracterizar os estudantes paulistas e suas aspirações. Os resultados das provas objetivas e da redação também possibilitaram analisar o desempenho desses alunos no exame considerado.

Como se verá nas páginas que seguem, de fato, a origem social dos estudantes tem papel preponderante na diferenciação dos alunos, de suas aspirações e do desempenho no Enem. Possuir renda familiar acima de 20 salários mínimos ou ter um dos pais com curso superior aumentam substancialmente as chances de os alunos fazerem o exame em uma idade considerada como adequada, de não ter parado de estudar no Ensino Médio, de ser de uma determinada cor, de aspirar entrar no Ensino Superior Público e ter condições objetivas de fazê-lo e de se sair melhor no desempenho nas provas objetivas e na redação. Talvez, mais relevante do que a resposta para a questão nuclear deste trabalho, até certo ponto esperada, seja a constatação incômoda de que em 2012, no estado de São Paulo, a origem social faça ainda tanta diferença, como parecem sugerir os números apresentados. Assim, embora muito já tenha sido feito em termos de expansão e inclusão de alunos no ensino básico paulista e brasileiro, muito há por se fazer se considerarmos a escola e os processos educativos como vetores para a redução das desigualdades sociais.

O texto inicia com a apresentação do Enem e dos critérios para a formação dos grupos e subgrupos traçados neste estudo. Em seguida, são apresentadas a caracterização socioeconômica da amostra considerada, suas aspirações e o desempenho nas provas objetivas e na redação. Nos comentários finais, serão sintetizados os principais argumentos desenvolvidos no texto.

2 MÉTODO: O ENEM

Criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Exame Nacional do Ensino Médio foi formulado tendo como objetivo principal “*avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania*” (BRASIL, 2002, p. 5). Como

decorrência disso, havia também a intenção de que o exame se constituísse como “*modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior*” (BRASIL, 2002, p. 8), notadamente, os exames vestibulares. Assim, o exame surge com a característica de avaliar os estudantes ao final do Ensino Médio, constituir-se como forma de ingresso ao Ensino Superior, além de ser um instrumento que permitisse analisar e monitorar, por meio do desempenho dos alunos, as políticas públicas na área da Educação Básica.

A partir de 2005, com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), o Enem passa a ser utilizado como critério de seleção dos alunos candidatos a Bolsas Integrais ou Parciais em Instituições Superiores de Ensino Privadas. Entre 1998 a 2008, o exame era composto por 63 questões objetivas de múltipla escolha e uma redação, realizadas em um único dia. Em 2009 o Enem passou por profundas reformulações a partir da criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) (VIGGIANO; MATTOS, 2013). Em vez de uma prova em um único dia, os candidatos deveriam realizar em dois dias consecutivos 4 (quatro) provas com 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha cada, nas áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Códigos e Matemática e suas Tecnologias, além de uma prova de redação. A correção do exame também seria alterada. Em vez da correção baseada na Teoria Clássica de Itens, em que se considera a avaliação pelo número de questões com acerto, a correção passou a ser realizada tendo como parâmetro a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que estabelece pesos diferenciados por questão, a qual será discutida adiante no texto. O exame também passou a possibilitar a certificação para conclusão do Ensino Médio, obedecendo às exigências previstas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2013).

Cabe destacar que, com as alterações ao longo de sua história, o exame foi ganhando importância em termos do número de participantes e das Instituições de Ensino Superior que o utilizam como critério para a seleção dos ingressantes. Como pontuam Gonçalves Jr. e Barroso:

Essas reformulações do exame fizeram com que o ENEM se tornasse uma avaliação muito procurada pelos estudantes que estão concluindo o Ensino Médio. Já era um exame bastante procurado desde o início da utilização de seus resultados no programa PROUNI, de concessão de bolsas para o sistema de ensino superior privado; em 2011, quando muitas instituições federais de ensino superior aderiram ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o número de inscritos superou 5 milhões (GONÇALVES JR e BARROSO, 2014, p. 1402-2)

A título de ilustração, 157 mil estudantes participaram do exame em 1998, ano de sua criação. Em 2012, 5,7 milhões de pessoas prestaram o Enem no Brasil, número cerca de 30 vezes superior ao ano inicial. Desse conjunto, 932.395 pessoas fizeram o exame no estado de São Paulo, número que constitui o universo das informações deste artigo.

As informações socioeconômicas e de desempenho das provas do Enem 2012 foram obtidas junto ao sítio institucional do Inep e, no momento da importação do arquivo contendo tais informações, em maio de 2015, constituíam-se como as informações mais recentes disponíveis para esse exame.

3 A SELEÇÃO DOS GRUPOS E SUBGRUPOS

Tendo como referência as variáveis socioeconômicas disponíveis nos Microdados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2012, os alunos que realizaram o referido exame naquele ano no estado de São Paulo foram divididos em dois grandes grupos, tendo como critério de seleção a escolaridade dos pais e a renda mensal familiar. Para cada grupo, foi feita divisão em dois subgrupos considerando seus extremos, a saber, grupos com menor e maior escolaridade dos pais e grupos com menor e maior renda familiar *per capita* respectivamente.

Em relação à escolaridade dos pais, no questionário socioeconômico do Enem 2012 havia duas questões, a saber: “Até quando seu pai estudou? Até quando sua mãe estudou? ”, com nove possibilidades de respostas.² No tocante à renda mensal da família, havia uma única questão: “Qual é a renda mensal de sua família”, com 17 possibilidades de respostas.³

O quadro seguinte sintetiza a composição dos dois grupos e subgrupos considerados neste trabalho de acordo com classificação a partir das respostas das três questões consideradas.

QUADRO 1 - Classificação dos grupos e subgrupos considerados

Grupo	Escolaridade dos Pais		Renda Mensal da Família	
	Subgrupo	Pai ou mãe com até 4ª série do Ensino Fundamental	Pai ou mãe com Ensino Superior ou Pós-graduação	Até 1,5 salários mínimos*
Respostas Consideradas	Quando um dos pais não estudou ou estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental	Quando um dos pais possui ensino Superior incompleto, completo ou Pós-graduação	Até R\$ 933,00	Acima de R\$12.440,00

Fonte: elaboração do autor / * Valores de 2012

² São elas: Não estudou; Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário); Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio); Ensino Médio (antigo 2º grau) incompleto; Ensino Médio (antigo 2º grau); Ensino Superior incompleto; Ensino Superior; Pós-graduação e Não sei.

³Nenhuma renda; Até um salário mínimo (até R\$622,00); Mais de 1 até 1,5 (de R\$ 622,01 até R\$ 933,00); Mais de 1,5 até 2 (de R\$ 933,01 até R\$ 1.244,00); Mais de 2 até 2,5 (de R\$ 1.244,01 até R\$ 1.555,00); Mais de 2,5 até 3 (de R\$ 1.555,01 até R\$ 1.866,00); Mais de 3 até 4 (de R\$ 1.866,01 até R\$ 2.488,00); Mais de 4 até 5 (de R\$ 2.488,01 até R\$ 3.110,00); Mais de 5 até 6 (de R\$ 3.110,01 até R\$ 3.732,00); Mais de 6 até 7 (de R\$ 3.732,01 até R\$ 4.354,00); Mais de 7 até 8 (de R\$ 4.354,01 até R\$ 4.976,00); Mais de 8 até 9 (de R\$ 4.976,01 até R\$ 5.598,00); Mais de 9 até 10 (de R\$ 5.598,01 até R\$ 6.220,00); Mais de 10 até 12 (de R\$ 6.220,01 até R\$ 7.464,00); Mais de 12 até 15 (de R\$ 7.464,01 até R\$ 9.330,00); Mais de 15 até 20 (de R\$ 9.330,01 até R\$ 12.440,00); Acima de 20 salários (mais de R\$12.440,00).

A classificação da Escolaridade dos Pais merece uma explicação adicional. Houve contingente de respostas que poderia ser classificada nos dois subgrupos. São os casos de um pai ou mãe com escolaridade até 4ª série do Ensino Fundamental e seu correspondente com Ensino Superior ou Pós-Graduação. Nesses casos optou-se por classificar de acordo com a escolaridade da mãe.

Sabemos que renda e escolaridade caminham juntas. Assim, na amostra selecionada, há muitos indivíduos que simultaneamente fazem parte dos mesmos subgrupos, por exemplo, tem pai ou mãe com até 4ª série do Ensino Fundamental e renda mensal familiar até 1,5 salários mínimos ou pai ou mãe com Ensino Superior ou Pós-graduação e renda familiar mensal acima de 20 salários mínimos. A despeito das sobreposições que inviabilizam tentativas de isolar influências específicas de cada fator (renda ou escolaridade) no desempenho das variáveis selecionadas, entendemos que é a partir da comparação geral entre os grupos e subgrupos selecionados que se podem traçar as principais diferenças, sem a preocupação de isolar suas causas. A análise que segue é descritiva em relação às informações dos grupos e subgrupos que participaram do exame em 2012 e não há qualquer pretensão em transformá-la como representativa do conjunto dos estudantes paulistas, tampouco extrapolar para o contexto nacional. Vejamos a composição geral da amostra selecionada:

QUADRO 2 - Distribuição da frequência dos grupos e subgrupos considerados

Escolaridade dos Pais		Classes de Renda		Total de Alunos
Pai ou mãe com até a 4ª série do Ensino Fundamental	Pai ou mãe com Ensino Superior ou Pós-graduação	Até 1,5 salários mínimos	Acima de 20 salários mínimos	
370.939	188.810	264.610	16.130	932.395

Fonte: Microdados Enem 2012

4 RESULTADOS: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

As diferenças entre dois mundos, a saber, dos que possuem maior renda e escolaridade dos pais e dos com menos renda e menor escolaridade dos pais, podem ser inicialmente percebidas pelas variáveis sexo e idade. Na Tabela a seguir, vê-se que a distribuição entre os sexos tende a ser mais equilibrada conforme se aumenta a renda e escolaridade dos pais e, predominantemente, feminina nos estratos de menor renda e escolaridade. O fator renda, nesse sentido, parece exacerbar as diferenças, uma vez que entre os mais pobres as mulheres são a maioria, com diferença de 28,6 pontos em seu favor, e entre os mais ricos, são minoria, com desvantagem de 4,4 pontos em relação aos homens.

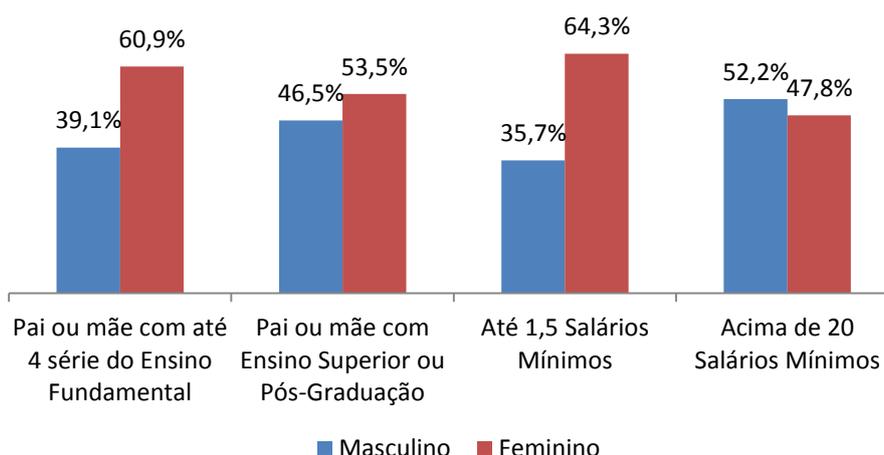


GRÁFICO 1 - Distribuição da amostra selecionada por sexo
Fonte: Microdados Enem 2012

A escolaridade dos pais e a renda interferem também na idade em que o estudante faz o Enem. Em um sistema seriado como o educacional brasileiro, há uma idade considerada adequada para o término do Ensino Médio e ingresso no Ensino Superior, entre 17 e 18 anos. Os jovens com menor renda familiar e menor escolaridade dos pais fizeram o Enem em 2012 com idade média de 24,1 e 23,6 anos, respectivamente. Já os mais ricos e com maior escolaridade dos pais fizeram o Enem em 2012 com idade média de 18 anos. O Gráfico seguinte ilustra as diferenças etárias entre os grupos considerados ao levar em conta a situação de conclusão do Ensino Médio.

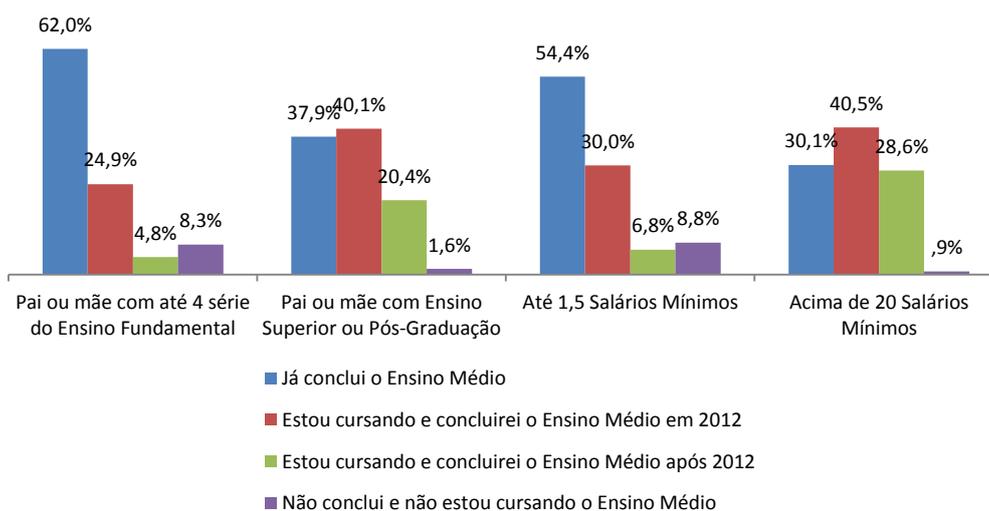


GRÁFICO 2 - Distribuição da amostra selecionada por situação de conclusão do Ensino Médio
Fonte: Microdados Enem 2012

Considerando que o Enem tem por finalidade avaliar o desempenho escolar e acadêmico dos participantes ao fim do Ensino Médio, chama atenção a porcentagem elevada, entre os mais pobres e com menor escolaridade dos pais, daqueles que já concluíram o Ensino Médio: 54,4% e 62,0%, respectivamente. Esse elevado contingente de pessoas que já concluíram o Ensino Médio pode ser considerado fator explicativo para a idade média mais elevada observada nesses dois grupos. Neles há também parcela significativa de pessoas que não estão cursando o Ensino Médio e que não o concluíram (cerca de 8,5%) e que, provavelmente, prestaram o exame com finalidade de obter a Certificação de Conclusão do Ensino Médio, em idade superior àquela tida como adequada. Na outra ponta, entre o grupo com maior escolaridade dos pais e maior renda, a maioria cursava o Ensino Médio, dos quais 40% iriam concluí-lo em 2012. O fator renda mais uma vez parece potencializar as diferenças, uma vez que entre os mais ricos diminui, comparado com o grupo dos pais com maior escolaridade, o contingente de participantes que não estavam cursando o Ensino Médio em 2012, seja dos concluintes, seja dos não concluintes.

Informações a respeito do tipo de escola do Ensino Médio, vistas no gráfico a seguir, indicam como a renda parece ter efeito maior na separação dos candidatos do Enem em escolas públicas e privadas. Ao levar em consideração somente o grupo com maior e menor renda familiar, nota-se uma inversão quase simétrica dos números: 94% dos mais pobres estudaram somente em escola pública e 92% dos mais ricos somente em escolas particulares. Já no grupo traçado a partir da escolaridade dos pais, verifica-se, entre os participantes cujos pais ou mães têm nível superior, uma maior aproximação dos números. Embora a maioria tenha frequentado somente a escola privada, nesse subgrupo 40,7% estudaram em escola pública (somente ou a maior parte). Duas hipóteses não excludentes podem ajudar a compreensão desse número. De um lado, o fato de que ter um pai ou mãe com Ensino Superior não significa, necessariamente, acréscimo na renda familiar que permita arcar com os custos de uma educação privada. Além disso, o número crescente de Instituições de Ensino Superior Públicas a utilizar as chamadas cotas sociais para seus ingressantes, as quais reservam porcentagem do número de vagas para estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas, *vis-à-vis*, possibilidade de obter financiamento estudantil, mesmo que parcial, em cursos de instituições de Ensino Superior privadas por meio de programas que favorecem alunos que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni), podem colaborar para que estratégias individuais e familiares de acesso a Universidade desse subgrupo incluam a escolha e permanência na escola pública durante o Ensino Médio. Veremos adiante que 67,1% dos participantes do Enem 2012 que possuem pai ou mãe com curso superior alegaram que, caso ingressem no Ensino Superior Privado, pretendem recorrer ao ProUni para o custeio das mensalidades.

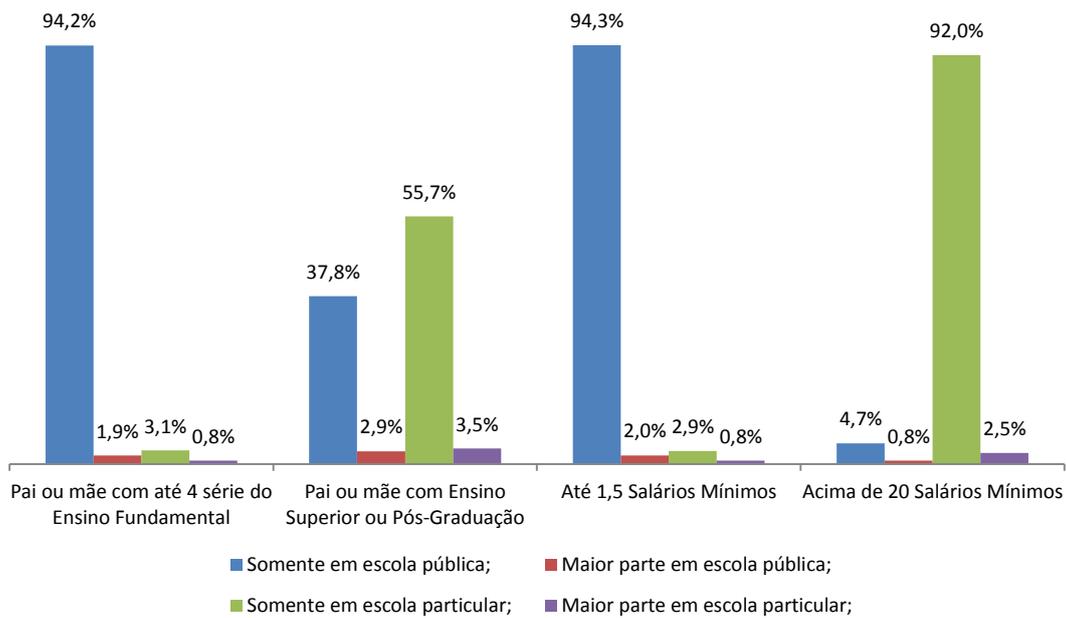


GRÁFICO 3 - Distribuição da amostra por tipo de escola que cursou o Ensino Médio
 Fonte: Microdados Enem 2012

No tocante à cor e raça, os números indicam que quanto maior a renda e a escolaridade dos pais, maior é o contingente de brancos. Em sentido inverso, as chances de ser classificado como preto ou pardo crescem consideravelmente nos subgrupos de menor renda e menor escolaridade dos pais. Nesses subgrupos encontram-se 45% de pessoas pretas e pardas, ante 5% para os de maior renda, e 16% para o grupo com maior escolaridade de um dos pais. Percebe-se, de maneira semelhante em relação a outras variáveis observadas, que o crescimento da renda familiar parece ter um efeito maior no “branqueamento” dos grupos em questão.

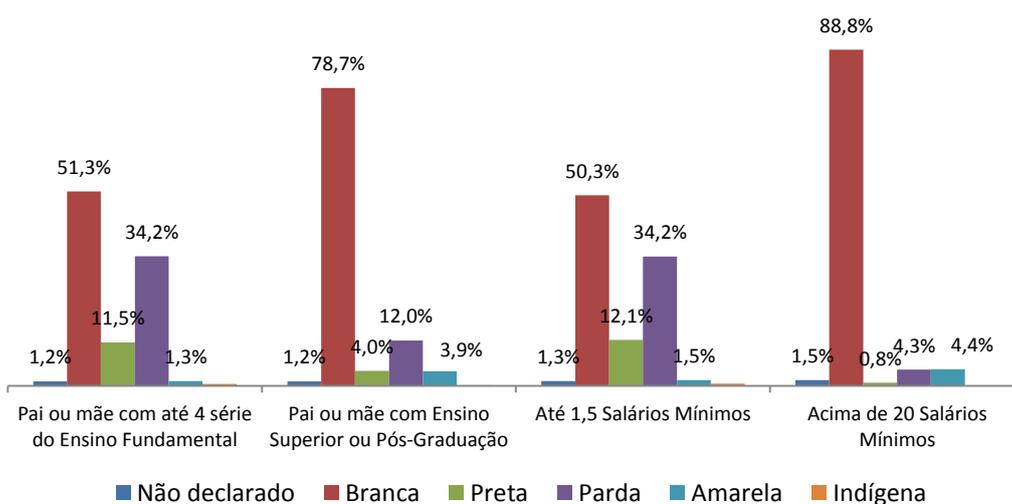


Gráfico 4 - Distribuição da amostra por tipo cor ou raça
 Fonte: Microdados Enem 2012

Vejam os números relativos ao exercício de atividade remunerada dos participantes do Enem 2012 do estado de São Paulo. Com efeito, a elevação da renda e da escolaridade dos pais tem efeito regressivo na porcentagem de pessoas que trabalhavam no momento em que responderam ao questionário socioeconômico. Todavia, com diferentes matizes. Em relação ao subgrupo formulado a partir da escolaridade dos pais, o acréscimo da escolaridade destes interfere ao regredir o número de pessoas que deixam de trabalhar, porém com intensidade muito menor do que o observado em relação ao segmento com maior rendimento. Em relação a este último, somente 5,9% dos participantes do Enem 2012 trabalhavam, número 3,4 vezes inferior aos 20,0% verificados como candidatos cujo pai ou mãe possuem Ensino Superior. Apesar das diferenças de intensidade, o fato distintivo é que quanto maiores a renda e escolaridade dos pais, maiores são as chances do participante do Enem fazê-lo sem dividir seu tempo com outras atividades, como trabalho remunerado.

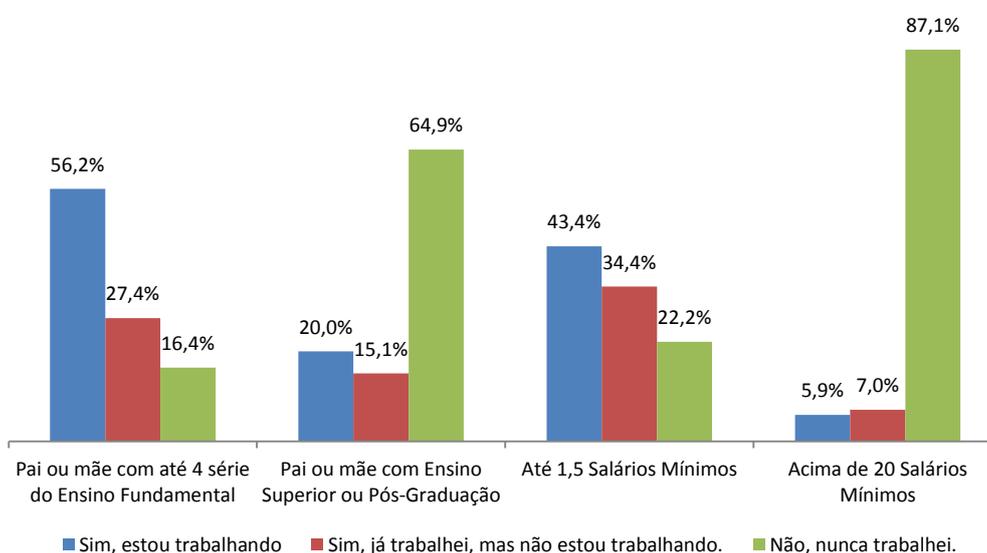


GRÁFICO 5 - Distribuição da amostra por exercício de atividade remunerada
 Fonte: Microdados Enem 2012

5 MOTIVOS DA PARTICIPAÇÃO NO ENEM E ASPIRAÇÕES DE AUXÍLIOS

O questionário socioeconômico do Enem 2012 contém um conjunto de perguntas relacionadas aos motivos da participação no referido exame assim como das pretensões dos candidatos para obtenção de auxílios, caso ingressem no Ensino Superior privado. Trata-se de um material interessante, pois permite vislumbrar não apenas variáveis da condição presente e passada dos participantes, como também intenções, aspirações e perspectivas de futuro, as quais, como se verá a seguir, diferenciam-se substancialmente conforme aumenta a escolaridade de um dos pais e a renda mensal familiar.

No instrumento aplicado aos candidatos em 2012, havia 7 (sete) questões específicas relacionadas aos motivos que levaram o candidato a participar do Enem. A essas questões poder-se-iam assinalar respostas que variam de 0 (zero) a 5(cinco), sendo zero o fator menos relevante e cinco, o mais relevante. A tabela seguinte sintetiza parte das respostas obtidas, destacando para cada subgrupo considerado a porcentagem de pessoas que assinalou 0 (zero), fator menos relevante, ou 5 (cinco), fator mais relevante.

TABELA 1 - Distribuição da amostra segundo motivos que levaram a participar do Enem

	Escolaridade dos Pais				CLASSE RENDA			
	Pai ou mãe com até 4 série do Ensino Fundamental		Pai ou mãe com Ensino Superior ou Pós-Graduação		Até 1,5 Salários Mínimos		Acima de 20 Salários Mínimos	
	Menos Relevante	Mais relevante	Menos Relevante	Mais relevante	Menos Relevante	Mais relevante	Menos Relevante	Mais relevante
Testar meus conhecimentos	5,8%	57,5%	6,5%	58,8%	5,4%	59,3%	9,0%	60,6%
Aumentar a possibilidade de conseguir um emprego	8,5%	59,5%	19,6%	42,4%	6,6%	64,4%	34,3%	31,1%
Progredir no meu emprego atual	34,0%	35,3%	69,5%	12,7%	38,5%	32,7%	86,6%	5,5%
Conseguir uma bolsa de estudos (ProUni, outras)	2,6%	88,1%	21,7%	54,7%	2,2%	88,7%	52,8%	19,9%
Participar do Programa de Financiamento Estudantil - FIES	14,9%	52,3%	29,3%	36,8%	12,9%	56,6%	60,3%	15,1%
Ingressar na Educação Superior Privada	10,1%	58,3%	19,3%	41,1%	10,9%	57,5%	27,1%	38,0%
Ingressar na Educação Superior Pública	4,6%	77,4%	4,6%	83,8%	4,2%	78,2%	8,0%	79,8%

Fonte: Microdados Enem 2012

Testar os conhecimentos e ingressar na Educação Superior Pública foram questões que apresentaram as menores variações em relação às respostas menos e mais relevantes dos subgrupos considerados. De fato, em um exame que busca avaliar o desempenho escolar e acadêmico dos participantes ao fim do Ensino Médio, não é surpresa identificar que a maioria dos participantes dos subgrupos tenha assinalado testar seus conhecimentos como fator mais relevante, mesmo que se possa identificar uma discreta prevalência nos números daqueles com pais com maior escolaridade e com maior renda familiar em relação aos seus antípodas.

Ingressar na Educação Superior Pública é motivo muito relevante para todos os subgrupos considerados (cerca de 79%). Em certo sentido, esses números expressam que as aspirações para o ingresso no Ensino Superior Público são compartilhadas por grupos bem distintos. A ampliação no número de vagas para cursos de graduação nas instituições de Ensino Superior observadas nos últimos anos, tanto federais quanto estaduais, a possibilidade de ingresso para estudantes via sistemas de cotas, sejam sociais, sejam raciais, além de programas que visam viabilizar a permanência e a conclusão para os estudantes já matriculados, tal como o Plano Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Federais, certamente contribuíram para ampliar o leque de aspirações de ingresso no Ensino Superior Público para além do grupo dos mais ricos e dos que possuem pais com maior escolaridade.

É no terreno das motivações relacionadas ao ingresso na Educação Superior Privada que aparecem diferenças significativas, as quais denotam discrepâncias entre aquilo que se aspira e aquilo que de fato se pode alcançar. Vê-se que entre os mais ricos e com maior escolaridade diminui drasticamente a porcentagem de pessoas que atribui como motivação mais relevante o ingresso na Educação Superior Privada, 38,0% e 41,1% respectivamente. Já entre os mais pobres ou com pais com menor escolaridade, o fator mais relevante neste quesito foi apontado pela maioria, a saber, 57,5% e 58,3%. Considerando que o Enem é um exame que

possibilita o acesso de alunos ao Ensino Superior, a análise dos números indica que para os mais ricos e para aqueles cujos pais possuem maior escolaridade, o ingresso em instituições de Ensino Superior Pública seria um caminho mais “natural” do que ingressar em uma instituição privada. Embora o ensino público seja a opção preferencial para os mais pobres ou para aqueles com pais com menor escolaridade, este parece estar distante da realidade. Assim, o ingresso em instituição privada se apresenta como alternativa importante, ou talvez a única possível. O grupo dos mais ricos ou com pais com maior escolaridade, ao estarem comparativamente menos motivados para o ingresso no Ensino Superior Privado, indica que seu caminho está mais próximo das instituições públicas do que das particulares.

Corroboram este entendimento as motivações relacionadas às bolsas de estudo ou à participação em programas de financiamento estudantil. Para os mais pobres ou com pais com menor escolaridade, a motivação para obtenção de Bolsa de Estudo, como ProUni, por exemplo, foi assinalada como mais relevante por 88% dos participantes desses grupos. Os números da Tabela 2, a qual sintetiza respostas em relação às pretensões dos candidatos em relação à obtenção de auxílios para o financiamento do custeio de mensalidades, também são significativos. Cerca de 90% dos participantes desses grupos assinalaram que, caso ingressem no Ensino Superior Privado, iriam recorrer a Bolsas de Estudo (da própria instituição ou ProUni) para o custeio das mensalidades escolares. Assim, o caminho mais “natural” destes últimos seria o ingresso em uma instituição particular, desde que se possa contar com bolsa de estudo ou, em menor grau, com financiamento estudantil. Esses grupos, ademais, tendem a valorizar o exame a partir de motivações relacionadas ao ingresso no mercado de trabalho. Neste sentido, 59,5% do grupo dos pais ou mãe com até 4º série do Ensino Fundamental e 64,4% dos participantes com renda familiar até 1,5 salários mínimos apontaram como fator mais relevante a motivação de participar no Enem tendo em vista aumentar a possibilidade de conseguir um emprego.

TABELA 2 - Distribuição da amostra segundo pretensões para auxílio caso ingresse no Ensino Superior Privado

	Escolaridade dos Pais				CLASSE RENDA			
	Pai ou mãe com até 4 série do Ensino Fundamental		Pai ou mãe com Ensino Superior ou Pós-Graduação		Até 1,5 Salários Mínimos		Acima de 20 Salários Mínimos	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Auxílio do Programa de Financiamento Estudantil - FIES	72,4%	27,6%	62,3%	37,7%	76,2%	23,8%	29,3%	70,7%
Pró-Uni (Programa Universidade para Todos)	95,7%	4,3%	67,1%	32,9%	96,2%	3,8%	25,3%	74,7%
Bolsa estudos da própria instituição	88,5%	11,5%	80,5%	19,5%	89,5%	10,5%	51,9%	87,3%
Bolsa estudo da empresa onde trabalho	42,9%	57,1%	32,5%	67,5%	45,6%	54,4%	15,0%	85,0%

Fonte: Microdados Enem 2012

6 DESEMPENHO NAS PROVAS OBJETIVAS E NA REDAÇÃO

Para concluir a apresentação dos indicadores relativos ao questionário socioeconômico dos participantes do Enem 2012 do estado de São Paulo, passemos para os indicadores de desempenho das provas objetivas e da redação. Como já mencionado na Introdução, desde 2009 o exame é composto por 4 (quatro) provas objetivas, uma para cada área do conhecimento, com 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha além de uma redação. As provas objetivas apresentam os seguintes componentes curriculares:

QUADRO 3 – Relação das áreas de conhecimento e componentes curriculares do Enem

Área do conhecimento	Componentes Curriculares
Linguagens, Códigos e suas tecnologias	Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação, e Comunicação
Matemática e suas tecnologias	Matemática
Ciências Humanas e suas tecnologias	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
Ciências da Natureza e suas tecnologias	Química, Física e Biologia

Fonte: (BRASIL, Microdados do ENEM - 2012: manual do usuário, 2013)

A nota para cada prova objetiva é calculada a partir do modelo matemático da Teoria da Resposta ao Item (TRI). De acordo com esse modelo, a correção da prova deve considerar não apenas a quantidade de questões certas e erradas, mas a coerência das respostas do participante, ou seja, participantes que acertaram as questões difíceis devem também acertar as questões fáceis. Imaginemos uma prova com 10 questões.

[...] na qual os Alunos A e B acertaram seis questões cada. Se o Aluno A acertou as questões mais fáceis – posicionadas na parte inferior da régua – e o Aluno B acertou duas questões fáceis, duas intermediárias e duas difíceis, quem terá a maior nota? Se considerarmos o mesmo modelo matemático da TRI que é usado na prova objetiva do Enem, o Aluno A terá maior nota por ter respondido com mais coerência às questões. Podemos afirmar que o Aluno A domina mais o conteúdo abordado na prova, elaborada pelo professor, do que o Aluno B. (BRASIL, 2012, p. 19-20).

Depreende-se pelo método utilizado na correção que cada questão tem um peso, correspondendo ao seu grau de dificuldade, a saber, fácil, intermediária e difícil. As questões são elaboradas a partir de uma matriz de competência construída a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da matriz de competência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (VIGGIANO; MATTOS, 2013). O Inep, em conjunto com Instituições de Educação Superior parceiras, formula as questões e realiza pré-teste de maneira a classificá-las de acordo com a matriz de referência e seu grau de dificuldade. Todas as provas contêm questões fáceis, intermediárias e difíceis.

No caso da redação, cinco competências são avaliadas:

- I- Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.
- II- Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.
- III- Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- IV- Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- V- Elaborar proposta de solução para o problema abordado, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural

(BRASIL, 2011, p. 1-2).

Cada redação é avaliada por dois corretores que atribuem nota de zero a mil para cada competência descrita. Somam-se estas notas e divide-se por cinco para obter a nota de cada avaliador. A nota final é a média aritmética das notas atribuídas pelos dois avaliadores. Caso haja discrepância de 300 pontos entre as notas atribuídas pelos avaliadores, haverá uma terceira correção e a nota desta última correção é a que prevalecerá (BRASIL, 2011)

Fugiria dos propósitos deste texto discutir sobre o método de elaboração e correção das provas do Enem, sobretudo, a partir das mudanças operadas desde 2009 com introdução do modelo da Teoria da Resposta ao Item (TRI). Alguns trabalhos (VIGGIANO; MATTOS, 2013), por exemplo, destacam que apesar de avanços em relação ao método de correção anterior, seria necessário divulgar o peso atribuído a cada questão para que candidatos com o mesmo número de acertos pudessem compreender as diferenças entre suas notas. Além disso, acrescentam os autores:

[...] alguns estudos (e.g. Viggiano; Guariglia; Mattos, 2010) indicam que o exame, após a implementação do Sisu e da TRI, teve os objetos alterados, deslocando-os das competências e habilidades para avaliar mais intensamente os conteúdos específicos [...] (VIGGIANO; MATTOS, 2013, p. 421).

A despeito das discussões relativas ao método, designamos, para fins deste artigo, que os resultados do Enem 2012 possibilitam comparar de maneira geral o desempenho dos participantes dos subgrupos selecionados. Vejamos os números

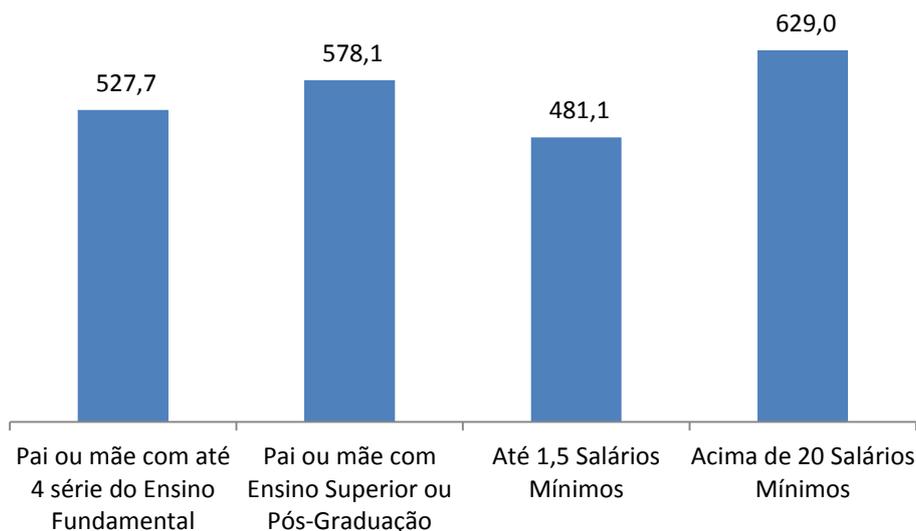


GRÁFICO 6 - Distribuição da amostra selecionada pela média geral das notas das provas objetivas e da redação

Fonte: Microdados Enem 2012

Em primeiro lugar, é forçoso constatar como o aumento da renda e da escolaridade dos pais têm efeito positivo no incremento da nota média das avaliações do Enem. Mais uma vez, o fator renda parece potencializar as discrepâncias. Para o subgrupo traçado a partir da escolaridade dos pais, a diferença entre as notas médias foi de 9,6% em favor daquele cujo pai ou mãe possui curso superior. Já para o grupo definido pela renda familiar, a diferença entre as notas médias foi de 30,7% em favor dos mais ricos. Vejamos as notas médias das provas objetivas e da redação, as quais, em linhas gerais, seguem essa tendência.

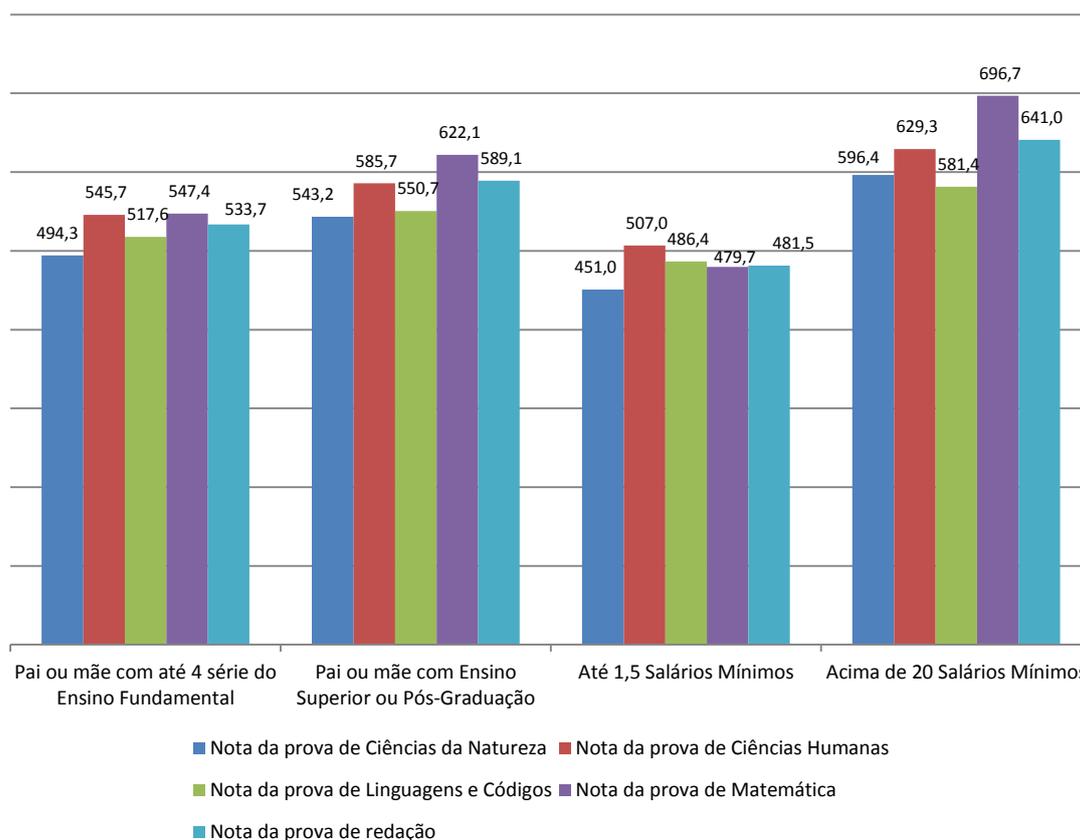


GRÁFICO 7 - Distribuição da amostra selecionada pela média das notas das provas objetivas e da redação

Fonte: Microdados Enem 2012

Vê-se que em todas as provas consideradas, o desempenho dos grupos com maior renda e escolaridade dos pais é sempre superior aos seus antípodas. A tabela a seguir, a qual indica a diferença em porcentagem das notas médias para cada prova, indica também que as variantes no interior do subgrupo traçado pela renda são sempre superiores. No caso do grupo formado a partir da escolaridade dos pais, as diferenças entre as notas médias podem estar até muito próximas, como são os casos das notas das provas de Ciências Humanas e de Linguagens e Códigos que chegam a 7,3% e 6,4%, respectivamente, em favor dos pais com maior escolaridade. Já nos grupos formados pela renda familiar, as diferenças entre as notas dos mais ricos para os mais pobres se acentuam, sendo sempre superiores a 20%. No caso da nota da prova de Matemática, a diferença entre as notas médias alcançou 45,3%.

TABELA 3 - Distribuição das diferenças (em %) entre as notas médias dos subgrupos considerados

	Escolaridade dos Pais	Classe de renda
Nota da prova de Ciências da Natureza	9,9	32,2
Nota da prova de Ciências Humanas	7,3	24,1
Nota da prova de Linguagens e Códigos	6,4	19,5
Nota da prova de Matemática	13,6	45,3
Nota da prova de redação	10,4	33,1
Nota Média Geral	9,6	30,7

7 COMENTÁRIOS FINAIS

No decorrer das páginas anteriores, foi possível identificar como o crescimento da renda familiar e da escolaridade dos pais caminham juntas no sentido de evidenciar diferenças em relação aos subgrupos com menor renda e escolaridade dos pais em termos de sua caracterização socioeconômica, aspirações e desempenho no Enem 2012. Como já mencionado, não houve intenção em isolar fatores causais específicos, seja a renda ou a escolaridade dos pais, na formulação das diferenças encontradas uma vez que, como visto, há sobreposição de pessoas que participam dos subgrupos considerados. No limite possível a uma análise descritiva como esta, sugere-se que o crescimento da renda potencializa as diferenças entre os grupos, não sendo tratado de maneira isolada.

As diferenças entre os grupos com maior renda e escolaridade dos pais em relação aos seus pares simétricos são muitas, como sugerido neste artigo. Ter maior renda familiar e um dos pais com curso superior aumentam consideravelmente as chances de fazer o exame na idade “certa”, de dedicação exclusiva aos estudos, de ter cursado uma instituição particular e de ser branco. Em termos de aspirações para o Ensino Superior, foi visto que os grupos com maior renda e escolaridade dos pais aspiram ingressar no Ensino Superior Público com uma boa dose de confiança, uma vez que não demonstram muita motivação para ingressar no Ensino Superior Privado. Para os mais pobres e com pais com menor escolaridade, embora seja perceptível o desejo em ingressar no Ensino Superior Público, o caminho mais “natural” seria o de ingressar em instituições privadas, desde que possam contar com auxílios para o pagamento das mensalidades. O desempenho nas notas das provas objetivas e na de redação é o corolário das variáveis anteriores. Os mais ricos e com pais com maior escolaridade possuem desempenho superior em todos os exames considerados e, como consequência, condições mais plausíveis de serem selecionados nas instituições de Ensino Superior desejadas.

Retomando aquilo que foi dito na introdução, talvez o mais significativo não seja somente pontuar as diferenças apresentadas entre as variáveis selecionadas para esses grupos, mas a incômoda sensação de constatar que na primeira década do século XXI, no estado mais rico da Federação, as diferenças ainda permanecem com a intensidade observada.

Finalizo com a provocação de (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHAES, 2010), retirada de um texto que evidencia a importância da educação como fator determinante para a mobilidade social. Segundo os autores

[...] talvez seja hora de recuar um pouco e levar a sério a ideia de que o cerne da geração das desigualdades de oportunidades em nosso país está em “uma luta de classes que não se dá nos pátios das montadoras de automóveis do ABC paulista, como muitos pensavam, e sim no desenho de nosso sistema educacional. (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHAES, 2010, p. 95-96).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. **ENEM**: documento básico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2002, p. 27. Disponível em: <<http://goo.gl/vCmWY3>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. **Nota técnica**: procedimento de cálculo das notas do Enem. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2011, p. 5. Disponível em: <<http://goo.gl/Ppf8Xr>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. **Guia do participante ENEM**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2012.

BRASIL. **Microdados ENEM - 2012**: manual do usuário. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2013, p. 50. Disponível em: <<https://goo.gl/CC8LM9>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

FERREIRA, Francisco. **Os determinantes da desigualdade de renda no brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2000. (Texto para discussão n. 415). Disponível em: <<http://goo.gl/790H0>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

GONÇALVES JUNIOR, Wanderley; BARROSO, Marta Feijó. As questões de física e o desempenho dos estudantes no ENEM. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, SP, v. 36, n. 1, p. 1-16. jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/rIRtQR>>. Acesso em: 08 jul. 2015. ISSN 1806-1117.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, vol. 28, n. 100, p. 661-690. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/xCneKq>>. Acesso em: 08 jul. 2015. ISSN 1678-4626.

PATTO, Maria Helena Souza. Escolas cheias, cadeias vazias. Nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 21, n. 61, p. 243-266. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/25NMnV>>. Acesso em: 08 jul. 2015. ISSN 1806-9592.

REIMERS, Fernando. Educación, desigualdad y opciones de política en América Latina en el siglo XXI. **Revista Iberoamericana de Educación**, Espanha, v. 30, n. 2, p. 11-42. 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/E4DbZ6>>. Acesso em: 08 jul. 2015. ISSN 1681-5653.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “Longo século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de. **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Pedro Ferreira de; RIBEIRO, Antonio Carlos Costa; CARVALHAES, Flávio. Desigualdade de oportunidades no Brasil. Considerações sobre classe, educação e raça. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 25, n. 73, p. 77-100. jun. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/kNIcC1>>. Acesso em: 08 jul. 2015. ISSN 0102-6909.

VIGGIANO, Esdras; MATTOS, Cristiano. O desempenho de estudantes no Enem 2010 em diferentes regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 94, n. 237, p. 417-438. maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/hwRJJJ>>. Acesso em: 08 jul. 2015. ISSN 2176-6681.

Como citar este documento:

PIRES, André. Renda familiar e escolaridade dos pais: reflexões a partir dos microdados do ENEM 2012 do Estado de São Paulo. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, nov. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8638262>>. Acesso em: 15 dez. 2015.